



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE  
CURSO DE JORNALISMO

**JORNALISMO EM TEMPO REAL:  
IMEDIATISMO NA COBERTURA DE SEQUESTROS  
NA MÍDIA TRADICIONAL BRASILEIRA**

**Gloria Maria Sampaio Maciel**

Fortaleza  
2025

GLORIA MARIA SAMPAIO MACIEL

**JORNALISMO EM TEMPO REAL:  
IMEDIATISMO NA COBERTURA DE SEQUESTROS  
NA MÍDIA TRADICIONAL BRASILEIRA**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Robson da Silva Braga.

Fortaleza  
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

M138j Maciel, Gloria Maria Sampaio.  
Jornalismo em tempo real : imediatismo na cobertura de sequestros na mídia tradicional brasileira /  
Gloria Maria Sampaio Maciel. – 2025.  
50 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e  
Arte, Curso de Comunicação Social (Jornalismo), Fortaleza, 2025.  
Orientação: Prof. Dr. Robson da Silva Braga.

1. Cobertura jornalística. 2. Cobertura de sequestros. 3. Imediaticidade. 4. Ética no Jornalismo. I. Título.  
CDD 070.4

---

---

Página reservada para ficha catalográfica.

Utilize a ferramenta *online* [Catalog!](#) para elaborar a ficha catalográfica de seu trabalho acadêmico, gerando-a em arquivo PDF, disponível para download e/ou impressão.

(<http://www.fichacatalografica.ufc.br/>)

---

GLORIA MARIA SAMPAIO MACIEL

**JORNALISMO EM TEMPO REAL: IMEDIATISMO  
NA COBERTURA DE SEQUESTRO NA MÍDIA TRADICIONAL BRASILEIRA**

Esta monografia foi submetida ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovada em: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

Monografia apresentada à Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Robson da Silva Braga (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará

---

Prof. Dr. José Riverson Araújo Cysne Rios  
Universidade Federal do Ceará

---

Profa. Dra. Naiana Rodrigues da Silva  
Universidade Federal do Ceará

Fortaleza  
2025

*Dedico este trabalho à minha família,  
por acreditar em mim e sempre me incentivar a estudar.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, principalmente à minha mãe, por depositar em mim toda a sua fé e desejar sempre o melhor para o meu futuro.

Ao meu orientador, pela paciência e por me ajudar em cada passo deste trabalho.

Agradeço, também, aos meus amigos, por entender o tempo que precisei dedicar a esta monografia e por acreditarem no meu potencial.

## RESUMO

Este ensaio acadêmico busca refletir criticamente sobre o imediatismo presente na cobertura de sequestros na mídia tradicional brasileira, partindo de dois casos emblemáticos que marcaram a história recente do jornalismo no país: o do **ônibus 174** (2000, Rio de Janeiro), e o da **adolescente Eloá Cristina** (2008, na cidade de Santo André, localizada em São Paulo). Com base em uma perspectiva interdisciplinar, que articula referenciais da Comunicação e da Filosofia, o ensaio reflete sobre como a lógica da velocidade e da instantaneidade e como elas impactam a forma e o conteúdo das narrativas jornalísticas, especialmente em coberturas de situações-limite, a exemplo de sequestros transmitidos ao vivo. Refletimos sobre as transformações no tempo do jornalismo, desde a lógica periódica da imprensa tradicional até a lógica contínua e acelerada da era digital. São discutidos o “espírito do tempo presente”, as exigências de produtividade impostas ao trabalho jornalístico e as consequências da imediaticidade na cobertura de sequestros. São examinadas as implicações éticas das coberturas de sequestros, com ênfase no gerenciamento do tempo de trabalho nas redações, na banalização da violência, nas transmissões ao vivo e na exposição da vida privada das vítimas e de seus familiares. A análise destaca como a imagem televisiva, em sua busca por impacto e por audiência, transforma o sofrimento em espetáculo. Nos dois casos analisados neste ensaio, evidencia-se como a urgência informativa moldou decisões editoriais, influenciou desfechos e gerou dilemas éticos, com desdobramentos significativos para o jornalismo e para a sociedade. Por fim, este ensaio propõe uma reflexão crítica sobre os limites do tempo real no jornalismo, apontando para a necessidade de práticas mais responsáveis, menos reféns da lógica da espetacularização e mais comprometidas com os aspectos éticos que devem nortear a prática jornalística.

**Palavras-chave:** cobertura jornalística; cobertura de sequestros; imediaticidade; ética no jornalismo

## ABSTRACT

This academic essay seeks to critically reflect on the immediacy present in the coverage of kidnappings in the traditional Brazilian media, based on two emblematic cases that marked the recent history of journalism in the country: that of **bus 174** (2000, Rio de Janeiro), and that of the **teenager Eloá Cristina** (2008, in the city of Santo André, located in São Paulo). Based on an interdisciplinary perspective that combines references from Communication and Philosophy, the essay reflects on how the logic of speed and instantaneity and how they impact the form and content of journalistic narratives, especially in coverage of extreme situations, such as kidnappings broadcast live. We reflect on the transformations in the time of journalism, from the periodic logic of the traditional press to the continuous and accelerated logic of the digital age. We discuss the “spirit of the present time”, the demands of productivity imposed on journalistic work and the consequences of immediacy in the coverage of kidnappings. The ethical implications of kidnapping coverage are examined, with an emphasis on the management of working time in newsrooms, the trivialization of violence, live broadcasts, and the exposure of the private lives of victims and their families. The analysis highlights how television images, in their search for impact and audience, transform suffering into a spectacle. In the two cases analyzed in this essay, it is clear how the urgency of information shaped editorial decisions, influenced outcomes, and generated ethical dilemmas, with significant consequences for journalism and society. Finally, this essay proposes a critical reflection on the limits of real time in journalism, pointing to the need for more responsible practices, less hostage to the logic of spectacularization and more committed to the ethical aspects that should guide journalistic practice.

**Keywords:** news coverage; kidnapping coverage; immediacy; ethics in journalism

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> - Patrícia Abravanel fala à imprensa de uma sacada de sua casa, após sequestro sofrido em 2001.....	31
<b>FIGURA 2</b> - Capa da revista Veja sobre sequestro de irmão de Zezé di Camargo e Luciano, em 1998 .....	32
<b>FIGURA 3</b> - Refém usa batom para enviar mensagem de sequestrador à imprensa e à polícia .....	35
<b>FIGURA 4</b> - Eloá Cristina é feita refém por Lindemberg Fernandes .....	39

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 O TEMPO NO JORNALISMO.....</b>	<b>15</b>
2.1 ESPÍRITO DO TEMPO PRESENTE.....	16
2.2 DA PERIODICIDADE À INSTANTANEIDADE.....	18
2.3 O TEMPO DO TRABALHO JORNALÍSTICO.....	20
2.4 A IMEDIATICIDADE NA COBERTURA JORNALÍSTICA DE TRAGÉDIAS.....	22
<b>3 ASPECTOS ÉTICOS NA COBERTURA DE SEQUESTROS.....</b>	<b>24</b>
3.1 BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA.....	24
3.2 COBERTURAS AO VIVO.....	25
3.3 EXPOSIÇÃO DA VIDA PRIVADA.....	27
3.4 A IMAGEM COMO ESPETÁCULO.....	28
<b>4 O TEMPO NA COBERTURA JORNALÍSTICA DE SEQUESTROS.....</b>	<b>29</b>
4.1 O SEQUESTRO NA HISTÓRIA RECENTE DO JORNALISMO BRASILEIRO.....	30
4.2 O SEQUESTRO DO ÔNIBUS 174.....	34
4.3 O SEQUESTRO DE ELOÁ CRISTINA.....	40
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Naquele outubro de 2008, o Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate) da polícia paulista dedicou horas a uma negociação com Lindemberg Alves Fernandes, de 22 anos, que havia invadido a casa de sua ex-namorada, Eloá Cristina Pimentel, em Santo André (SP), mantendo a adolescente de 15 anos de idade refém por cinco dias, junto de uma amiga dela, Nayara Rodrigues, de mesma idade. Contudo, quando tudo parecia se direcionar para um desfecho sem maiores tragédias, eis que surge a apresentadora Sônia Abrão ao vivo na RedeTV atropelando a negociação policial e falando por ligação telefônica com o sequestrador.

O diálogo é iniciado entre o sequestrador e um repórter da emissora, por ligação:

- Você é repórter? – pergunta Lindemberg ao atender o telefonema.
- Isso, filho. A gente tá querendo saber se está tudo bem com você. Nossa preocupação é com você – responde o repórter da RedeTV.
- Você é da onde? Da Sônia Abrão?
- Isso, da Rede TV. Tá tudo bem com você? – pergunta o repórter ao sequestrador.

Em seguida, Sônia Abrão passa a conversar com o sequestrador, tentando convencê-lo de que ele era um “cara legal” e que só estava agindo por impulso.

- Ninguém tá entendendo, porque você sempre foi um cara legal. É que, nesse momento, ninguém entende o que passou pela sua cabeça, mas que, por enquanto, você ainda não fez mal para ninguém, quer dizer, ainda dá tempo de resolver essa situação. Vamos terminar com isso na boa, Lindemberg, você não é do mal, você nunca foi. Então por que a situação tá chegando a esse ponto agora?

Mais adiante, Sônia Abrão pede a opinião de um convidado que está com ela no estúdio, sentado em um sofá:

- Com a sua experiência, [peço para você] nos orientar aí sobre o que vai acontecer daqui pra frente para que a gente possa ter uma ideia – pede Sônia Abrão.
- Bom, eu sou muito otimista, né? Eu espero que isso termine em pizza e num casamento futuro entre ele e a namorada apaixonada dele – diz o convidado.

Não foi o que aconteceu. A intervenção da apresentadora ocorreu quando já havia um acordo feito entre Gate e Lindemberg para que ele se rendesse. Ao perceber que estava ao vivo para o Brasil inteiro e recebendo amplo foco da imprensa, o sequestrador se empoderou da situação e decidiu prolongar a trama. Após a extrema exposição midiática, a casa de Eloá foi ocupada por policiais, e Lindemberg acabou por atirar e matar a adolescente. Nayara foi baleada, mas sobreviveu. Lindemberg foi levado pelos policiais. Em 2012, ele foi condenado

a 98 anos de prisão, tendo a pena reduzida para 39 anos em 2013 e transformada em regime semiaberto em 2022, por bom comportamento.

Do ponto de vista jornalístico, o caso Eloá revelou sérias falhas éticas e técnicas. A imprensa extrapolou os limites da cobertura responsável, violando a privacidade das vítimas, banalizando o sofrimento e transformando o episódio em um espetáculo midiático. Houve omissão em abordar o caso como violência de gênero, e o feminicídio foi tratado como drama romântico. O envolvimento dos repórteres na cena do crime, a busca por emoção e audiência e o desprezo pela contextualização e apuração aprofundada mostram como o jornalismo, ao ceder à lógica do tempo real, pode comprometer gravemente seus princípios fundamentais.

Em 2023, quando o caso Eloá voltou a ser debatido pela população brasileira por conta de um episódio sobre o tema no programa Linha Direta, da Rede Globo, Sônia Abrão veio a público para dizer que não se arrependia de nada que fez durante a cobertura do caso em 2008 e que “faria tudo de novo”<sup>1</sup>.

Infelizmente, a cobertura jornalística desastrosa do sequestro de Eloá não é um caso isolado na imprensa brasileira. Em 12 de junho de 2000, no Rio de Janeiro, Sandro do Nascimento, um jovem negro e sobrevivente da chacina da Candelária, fez reféns dentro de um ônibus no bairro do Jardim Botânico. Nacionalmente conhecido como o sequestro do ônibus 174, o episódio durou cerca de cinco horas e foi transmitido ao vivo, sem interrupções, pelas principais emissoras de televisão, transformando-se num marco na história do jornalismo brasileiro.

A cobertura mostrou Sandro visivelmente desorientado, cercado por câmeras e policiais despreparados, e terminou de forma trágica, com a morte da refém Geísa Firmo Gonçalves, atingida por tiros durante uma tentativa de resgate, e com Sandro sendo asfixiado e morto por policiais na viatura após ser preso.

A cobertura jornalística do caso ficou marcada por uma série de falhas técnicas e éticas. A imprensa atuou como parte do espetáculo, aproximando-se demais da cena do crime e transmitindo cada detalhe ao vivo, inclusive momentos de extrema tensão e violência. O sensacionalismo, a espetacularização do sofrimento e a invasão da privacidade das vítimas e do sequestrador transformaram o evento em uma narrativa televisiva que priorizou o impacto visual em vez da responsabilidade social.

---

<sup>1</sup> Disponível em:

<https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2023/04/sonia-abrao-afirma-nao-se-arrepende-de-cobertura-no-caso-eloa-faria-tudo-de-novo.shtml> (acesso em: 12/05/2025).

Com base no exposto acima, este ensaio acadêmico reflete sobre a noção de “imediatismo” que marcou a cobertura de sequestros pela mídia tradicional brasileira nas décadas de 1990 e 2000. Para tanto, a pesquisa se volta para esses dois casos emblemáticos dos anos 2000, além de citar outros casos da década anterior, casos esses que marcaram a história recente do jornalismo nacionalmente. Partimos da seguinte pergunta: como o imediatismo e a lógica do tempo real impactaram – em termos éticos e editoriais – a cobertura jornalística de sequestros pela mídia tradicional brasileira nas décadas de 1990 e 2000?

A fim de operacionalizar tal questão de pesquisa, estabelecemos como objetivo geral: analisar de que modo o imediatismo e a lógica do tempo real ajudaram a conformar a cobertura de sequestros na mídia tradicional brasileira, com foco nos casos do ônibus 174 e do sequestro de Eloá Cristina, identificando os impactos dessa lógica na prática jornalística e nas implicações éticas envolvidas. Como objetivos específicos, buscamos: a) discutir os efeitos da transição da periodicidade para a instantaneidade no jornalismo, com base em autores da Comunicação e da Filosofia contemporânea; b) examinar como o tempo de produção e as exigências de produtividade impactam o trabalho jornalístico em situações-limite, como sequestros transmitidos ao vivo; c) identificar e problematizar dilemas éticos recorrentes nas coberturas de sequestros, incluindo banalização da violência, espetacularização e exposição da vida privada; d) e analisar comparativamente os casos do sequestro do ônibus 174 e do caso Eloá, evidenciando como o tempo real moldou decisões editoriais, interferiu nos desfechos e comprometeu princípios fundamentais do jornalismo.

Para descrever e analisar os sequestros em si e suas respectivas coberturas jornalísticas, foram acessados: em relação ao sequestro do ônibus 174, artigos científicos e TCCs, e o documentário *Ônibus 174*; e, em relação ao sequestro de Eloá Cristina, artigos científicos, TCCs e o documentário *Quem matou Eloá*.

Adotando uma perspectiva interdisciplinar, que articula referenciais da Comunicação e da Filosofia, este ensaio examina como a lógica da velocidade e da instantaneidade impacta a forma e o conteúdo das narrativas jornalísticas, especialmente em coberturas de situações-limite, como sequestros transmitidos ao vivo. Com base nesses casos localizados em um momento específico vivido pelo jornalismo, refletimos sobre a lógica periódica da imprensa tradicional até chegarmos à atual “era digital”. Nela, o jornalismo parece perceber o “tempo” como algo contínuo e ainda mais acelerado, se compararmos ao momento em que tais sequestros ocorreram (décadas de 1990 e 2000), em que a televisão ainda possuía centralidade para o fenômeno comunicacional.

Discutimos noções conceituais como o “espírito do tempo presente”, as exigências de produtividade impostas ao trabalho jornalístico e as consequências do imediatismo na cobertura de sequestros. Refletimos, também, sobre as implicações éticas dessas coberturas, incluindo a gestão do tempo de trabalho nas redações, a banalização da violência, as transmissões ao vivo e a exposição da vida privada de vítimas e familiares. Destacamos, ainda, o modo como a imagem televisiva, em sua busca por impacto e audiência, transforma o sofrimento em espetáculo.

A cobertura jornalística, especialmente em situações de crise como sequestros transmitidos ao vivo, revela tensões entre a necessidade de informar e a responsabilidade social da imprensa. Carlos Eduardo Franciscato (2003, p. 136) destaca que o jornalismo opera em um “processo de tensão entre a velocidade do movimento do mundo e a velocidade da produção”, construindo um sentido de “presentidade” que visa sincronizar o tempo do evento com o tempo da veiculação. Esse alinhamento entre acontecimento e transmissão, segundo o autor (2003), fortalece a sensação de que todos – jornalistas e público – estão imersos na cena, vivendo a narrativa em tempo real, o que potencializa o impacto emocional, mas pode comprometer a reflexão crítica e a profundidade informativa.

Quanto às questões éticas, Muniz Sodré (2002) evidencia como a mídia, ao explorar mazelas sociais e deformidades humanas, promove uma banalização da violência e transforma o sofrimento em entretenimento. Essa prática é intensificada pela lógica da espetacularização e pelo uso de imagens chocantes que desumanizam vítimas e reforçam estereótipos sociais.

Quando o jornalismo se rende a essa dinâmica, ele deixa de cumprir sua função mediadora e crítica e passa a operar como instrumento ideológico, comprometido mais com os números de audiência e com o espetáculo do que com o compromisso ético de informar com responsabilidade e sensibilidade (Sodré, 2002). Buscamos entender como a urgência informativa moldou decisões editoriais, influenciou desfechos e gerou questões éticas.

Este ensaio está organizado em três capítulos. O capítulo 2 trata do tempo no jornalismo, abordando o “espírito do tempo presente”, a transição da periodicidade para a instantaneidade, o tempo de trabalho nas redações e a imediatividade nas coberturas de tragédias. O capítulo 3 analisa os aspectos éticos das coberturas, discutindo a banalização da violência, as transmissões ao vivo, a exposição da vida privada e a transformação da imagem em espetáculo. Por fim, o capítulo 4 foca no tempo da cobertura de sequestros, centrando esforços na análise dos casos do ônibus 174 e de Eloá, destacando os dilemas éticos, a espetacularização e os impactos da mídia nos desfechos trágicos.

## **2 O TEMPO NO JORNALISMO**

De acordo com Franciscato (2014), a chamada “temporalidade” é um componente fundamental para o jornalismo. Ela perpassa cada etapa, desde a construção até a distribuição da notícia. Para o autor, a busca pela “atualidade” e a representação do “tempo presente” são a base do trabalho dos jornalistas. Ainda segundo ele, a mídia, representada pela TV, o rádio, jornais e revistas, além das plataformas digitais, mudaram a forma de se perceber o tempo, tornando-o mais acelerado.

A partir dessa reflexão inicial, este capítulo busca discutir qual seria o “espírito do tempo presente”, que atravessa não só o Jornalismo, mas a sociedade contemporânea como um todo. Discutimos, também, a noção de “periodicidade” que marca a produção jornalística, além da ideia de “instantaneidade”, cada vez mais presente no Jornalismo, à medida que os aparatos tecnológicos vão resultando em maior rapidez ao processo de captação de conteúdos e de divulgação do material final.

Soma-se a isso o trabalho dos profissionais de Comunicação, que enfrentam rotinas eletrizantes, cada vez mais atravessadas pela exigência de rapidez, especialmente durante as coberturas de situações emergenciais, como é o caso de sequestros.

### **2.1 ESPÍRITO DO TEMPO PRESENTE**

O “espírito do tempo presente” seria os traços que marcam o momento histórico em que uma sociedade se insere, como descritos por autores como Friedrich Hegel (2012), no século 19, que utilizou o termo *Zeitgeist* (“espírito do tempo”); e Michel Foucault (2002), no século 20, que adotou a ideia de “época” para descrever “regimes de verdade” em diferentes momentos históricos.

Nesse sentido, podemos considerar, com base em outro autor, o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2016), que o espírito do nosso tempo atual é marcado pela “positividade”, pelo “desempenho”, pela “hipercomunicação” e pela “autoexploração”. Tais palavras-chave nos ajudam a pensar de que modo a sociedade ocidental como um todo e, de modo mais específico, o jornalismo e o jornalista têm lidado com a questão do tempo na contemporaneidade: de forma extremamente acelerada e exigindo de nós mesmos um alto nível de produtividade.

Tais características se fazem presentes em todas as etapas do processo de comunicação:

na produção (representada pelo trabalho eletrizante nas redações de jornal), na distribuição de conteúdos (pelas plataformas utilizadas pelo jornalismo – rádio, TV, impresso, online), na recepção e na circulação (no modo acelerado e superficial como os conteúdos são apropriados pelo público). Ou seja, o espírito do nosso tempo presente é marcado pela aceleração em todas as esferas da vida e em diversos níveis.

O jornalismo, desde o seu início nos séculos 17 e 18 (Franciscato, 2014), estabeleceu-se como uma prática social voltada para a narrativa de eventos, temas e situações que estão “em ato, em movimento, em processo de execução, discussão, problematização ou formulação pública” (Franciscato, 2003, p. 10). O autor explica que o tempo presente, para o jornalismo, não é somente uma delimitação cronológica entre passado, presente e futuro, mas uma construção social muito bem estabelecida nas relações e nas práticas do ambiente em que o indivíduo está inserido.

De acordo com (Monteiro, 2002 *apud* Franciscato, 2003), essa “presentidade” do conteúdo jornalístico é constantemente afirmada por meio de diversas estratégias, tanto no corpo do texto quanto no enunciado dele (Franciscato, 2003). Por exemplo, o uso de “verbos no presente ou em gerúndio e a marcação do horário da publicação da notícia em frações de minutos” (Franciscato, 2003, p. 275). Para o autor, isso acaba reforçando a ideia de que a ocorrência ainda está acontecendo e que o público que consome aquela informação está atrelado a ela naquele momento. “Estamos todos, leitores e narradores, naquela cena, ainda sendo tocados por aquela ação”, como afirma Edson Fernando Dalmonte (2010, p. 330).

O jornalismo atua como um mediador social, não apenas apresentando os acontecimentos, mas também interpretando e conferindo relações temporais que possibilitam a coesão do texto informativo (Franciscato, 2003). “O jornalismo se realiza em um processo de tensão entre a velocidade do movimento do mundo e a velocidade da produção” (Franciscato, 2003, p. 136). Carlos Franciscato reforça que, para superar esse obstáculo, o jornalista trabalha com um discurso sobre a atualidade, construindo um sentido temporal de que não há uma falta de harmonia real entre o tempo do mundo e o tempo de produção.

A ideia de “revelação pública”, apresentada por Franciscato (2003), é fundamental para compreender esse “espírito do tempo presente” no jornalismo. Ela descreve o duplo movimento do jornalismo em revelar algo que estava “em segredo” e de publicizar essa revelação, sendo que ambos ocorrem no tempo presente e para o tempo presente (Franciscato, 2003). Isso se aplica a “situações trágicas, bizarras ou mesmo cotidianas de personalidades públicas” (Franciscato, 2003, p. 189). A força das imagens televisivas e a transmissão “ao

vivo” acentuam esse efeito, criando um “tempo de exposição” que busca “sincronizar tempo do evento e tempo da veiculação” (Franciscato, 2003, p. 281).

No caso do ônibus 174, ocorrido em 2000, no Rio de Janeiro, a televisão transmitiu “ao vivo, ininterruptamente, às cinco horas do sequestro” (Franciscato, 2003, p. 279). Essa cobertura gerou uma “repercussão social surpreendente pela força das imagens veiculadas e pelo impacto do drama humano” (Franciscato, 2003, p. 279). Portais de notícias aumentaram a cobertura sobre o caso, obtendo um número recorde de acessos (Franciscato, 2003). A “revelação pública” do evento em tempo real transformou o sequestro em um espetáculo de visibilidade instantânea, em que “na dramaticidade da narrativa e na imprevisibilidade do desfecho” (Franciscato, 2003, p. 280) eram elementos centrais. O ato de “revelar” o sequestro em tempo real se sobrepôs ao afastamento e à reflexão, dois elementos extremamente necessários, conforme citado por (Ramonet, 1999 *apud* Franciscato, 2003), levando o público a uma experiência de “presente” muito intensa.

Da mesma forma, no caso Eloá (2008), a grande exposição midiática e o acompanhamento ao vivo priorizaram o “furo jornalístico”, transformando o sequestro em uma “superexposição e especulação diárias sobre o acontecimento” (Bill, 2010, p. 4). De acordo com Franciscato (2003), a “revelação pública” surgiu da constante atualização e na intensa dramatização dos desdobramentos, com foco nos detalhes e no drama humano envolvido, em substituição a uma apuração mais aprofundada e cautelosa e a uma reflexão sobre as implicações do caso para a sociedade como um todo.

Ao construir essa “atualidade”, o jornalismo lida com um “fluxo contínuo” de informações. Como afirma Patrick Charaudeau (2006), o jornalismo opera na direção oposta à ideia de “ruptura”, promovendo a integração do “novo” às categorias do já existente, do já “habitual”.

## **2.2 DA PERIODICIDADE À INSTANTANEIDADE**

A evolução do jornalismo é marcada por uma transição significativa da lógica da periodicidade, que caracterizava a imprensa tradicional, para a da instantaneidade e do “tempo real”, impulsionada pelas novas tecnologias de comunicação e informação (TICs). Contudo, no jornalismo tradicional (rádio, TV, impresso), já se trabalhava com a lógica dos “plantões” para apresentar episódios geralmente trágicos ocorridos naquele momento. Dentro da lógica dos “plantões”, o rádio e a TV rompem com sua programação regular (com entradas ao vivo,

diretamente do local do acontecimento); enquanto que os jornais impressos costumavam rodar uma segunda edição em um mesmo dia, para dar conta de eventos recém-chegados à redação, após a impressão da primeira edição.

Como aponta Franciscato (2003), a periodicidade, como um dos pilares do jornalismo, esteve historicamente ligada à materialidade do jornal e aos métodos de produção, determinando a regularidade da circulação das notícias.

O teórico alemão Otto Groth (2011) considerou a periodicidade uma das características fundamentais do jornalismo, associando-a à universalidade, atualidade e publicidade. Para ele, a base do periódico era sua transitoriedade, com o ideal de coincidir com o acontecimento e com a notícia. A medida da periodicidade era ditada por “condicionamentos físicos, econômicos, logísticos da produção do jornal”, mas também pelas “necessidades e finalidades do homem” (Figaro; Nonato, 2021, p. 9).

Entretanto, Franciscato (2003) aponta que as novas tecnologias da informação, especialmente as plataformas digitais online, abalaram essa noção tradicional de periodicidade. O jornalismo em “tempo real” e a lógica da atualização contínua, em vez de edições diárias ou semanais fixas, transformaram a paisagem da produção de notícias. Essa “superaceleração” do tempo jornalístico, impulsionada pelas “novas tecnologias”, tornou a “instantaneidade” um valor fundamental.

A chegada da internet e do jornalismo online desmantelou ainda mais a periodicidade tradicional. “A noção de tempo como periodicidade, ou seja, tempo estruturado e demarcado, não existe mais no online na mesma medida dos processos analógicos” (Figaro; Nonato, 2021, p. 6). Não se tem mais “diários, vespertinos, mensários, semanários, pelo menos no jornalismo online” (Figaro; Nonato, 2021, p. 10). Em vez disso, o “regime de publicação” foi adotado, e ele torna possível a capacidade de se ter “muitas publicações em um só dia; e nenhuma publicação em outro” (Figaro; Nonato, 2021, p. 15), dependendo da linha editorial e das condições de produção de material jornalístico. A “continuidade da atualização é sua identidade de ‘site noticioso’” (Seixas, 2013, p. 169 *apud* Figaro; Nonato, p. 9).

Os casos do Ônibus 174 e de Eloá Cristina são exemplos da transição forçada da periodicidade para a instantaneidade. “Grandes eventos têm cobertura instantânea, no chamado ‘minuto-a-minuto’” (Alliatti, 2005, p.11), por empresas jornalísticas “disputando ferrenhamente o privilégio de dizer ‘demos antes’” (Alliatti, 2005, p. 11). Essa busca pelo “furo” jornalístico, mesmo que por “questão de minutos, talvez segundos” (Alliatti, 2005, p.11), dominou as estratégias editoriais. No sequestro do Ônibus 174, a transmissão ao vivo

contínua pela televisão foi uma inovação na época, permitindo que os telespectadores tivessem a sensação de estar no local acompanhando de perto o desenrolar da tragédia, lembrando novamente o termo “presentidade” proposto por Monteiro (2002 *apud* Franciscato, 2003). No caso Eloá, essa lógica foi aprofundada pela onipresença da mídia no local do evento, com repórteres e equipes transmitindo incessantemente cada desdobramento.

Essa imediatividade, embora celebrada como avanço tecnológico, gerou sérios dilemas éticos dentro do campo jornalístico.

A ânsia de sempre publicar a última notícia, de sempre estar o mais atualizado possível, é a responsável por essa apropriação. Trata-se de uma espécie de jornalismo afobado, tendo em vista que o contato do repórter com a notícia é muitas vezes tão efêmero que acaba caminhando em direção contrária à apuração, um dos princípios básicos do jornalismo (Alliatti, 2005, p. 10).

Bernardo Kucinski (2005) explica que, no jornalismo online, existe uma “primazia da velocidade sobre outros atributos da informação, tais como precisão, contextualização e interpretação. Esses atributos são sacrificados em nome da velocidade” (Kucinski, 2005, p. 97 *apud* Alliatti, 2005, p. 50). O desejo de “não ser ‘furado’ pelo concorrente” (Alliatti, 2005, p. 10) na maioria das vezes resultou na veiculação de material sem a devida averiguação, levando à “padronização do noticiário” (Alliatti, 2005, p. 10). Nas coberturas de sequestros, essa lógica se traduz em informações iniciais não verificadas, exposição excessiva de detalhes sensíveis e uma busca por dramas que prevalecem sobre a responsabilidade ética (Bill, 2010). A própria ideia de que “qualquer explicação serve” (Alliatti, 2005) para sustentar a notícia transmitida instantaneamente se tornou uma realidade, evidenciando “uma espécie de ditadura da velocidade de consequências abrangentes” (Fonseca; Souza, 2006, p. 15).

### **2.3 O TEMPO DO TRABALHO JORNALÍSTICO**

A noção de “pouco tempo restante” que a realidade atual imprime e a aceleração imposta pelas novas tecnologias redefiniram o tempo do trabalho jornalístico totalmente. Inserido na lógica do pós-fordismo e do regime de “acumulação flexível” (Harvey, 2001, p. 140 *apud* Fonseca; Souza, 2006, p. 14), o jornalismo passou a exigir do profissional a capacidade de acumular funções e de desempenhá-las o mais rápido que puderem e, ainda assim, prezando pela qualidade (Fonseca; Souza, 2006). Essa “compressão do tempo-espaço” (Fonseca; Souza, 2006) resultou em redações muito enxutas (Alliatti, 2005, p. 10) e na transição para um perfil “multimídia”, em que jornalistas são treinados para atuar em

diferentes plataformas – jornal, televisão, rádio e internet – simultaneamente (Fonseca; Souza, 2006).

O *deadline*, que antes ditava o fechamento das edições diárias do jornal, transformou-se em uma pressão constante, com “pequenos *deadlines*” (Fonseca; Souza, 2006) surgindo a todo momento para alimentar o “serviço ‘em tempo real’” dos veículos. Repórteres, que antes podiam retornar à redação para redigir suas matérias até o horário de fechamento, agora precisam fornecer *flashes* para o serviço “em tempo real” do jornal e, quando for o caso, também boletins de hora em hora. Essa exigência de produção contínua gera um excesso de trabalho e, por consequência, um aumento da lógica da produtividade (Fonseca; Souza, 2006).

Essa ditadura da velocidade impõe um ritmo de trabalho que gera sérias consequências para a individualidade dos jornalistas, como “ansiedade, aflição pela finalização das tarefas, estresse, somados ao acúmulo de funções” (Fonseca; Souza, 2006, p. 15). A temática também é comentada por Moretzsohn (2002):

O ritmo veloz de produção gera [...] conseqüências importantes: obriga o repórter a divulgar informações sobre as quais não tem certeza; reduz, quando não anula, a possibilidade de reflexão no processo de produção da notícia, o que não apenas aumenta a probabilidade de erro como, principalmente e mais grave, limita a possibilidade de matérias com ângulos diferenciados de abordagem, capazes de provocar questionamentos no leitor; e, talvez mais importante, praticamente impossibilita a ampliação do repertório de fontes, que poderiam proporcionar essa diversidade (Moretzsohn, 2002, p. 70 *apud* Alliatti, 2005, p. 51).

Nos sequestros do Ônibus 174 e de Eloá, o tempo do trabalho jornalístico foi levado ao extremo. A pressão para manter a cobertura ao vivo e atualizada exigiu dos profissionais uma agilidade sem precedentes. As equipes de reportagem atuaram diretamente no local dos fatos por horas e dias, sob o olhar das câmeras, tornando-se, em certo sentido, parte do evento. No caso Eloá, a mídia foi criticada por sua “grande exposição”, que incluía a proximidade dos jornalistas da cena do crime e sua interferência nas ações policiais. Esse tipo de cobertura “em tempo real” confrontou diretamente o princípio da apuração, pois “não há mais tempo para a notícia ser digerida, estudada” (Alliatti, 2005, p. 50).

Os veículos de comunicação, que estão dentro da “lógica da etapa neoliberal do capitalismo”, estabelecem essa temporalidade no “próprio mercado financeiro” (Alliatti, 2005, p. 53). Isso significa que, no calor do momento, a velocidade, que é vista como essencial para gerar o capital das empresas de comunicação, também prevalece sobre a apuração (Kucinski, 2005 *apud* Alliatti, 2005). A experiência dessas coberturas evidencia que “o jornalismo ‘afobado’ atende a uma demanda muito mais comercial do que social” (Alliatti,

2005, p. 50).

## **2.4 A IMEDIATICIDADE NA COBERTURA JORNALÍSTICA DE TRAGÉDIAS**

A imediaticidade na cobertura jornalística de tragédias é um dos campos mais sensíveis e controversos do jornalismo contemporâneo. Tragédias, por sua própria natureza, são acontecimentos que “suscitam as emoções mais primitivas como o choque e a apreensão, gerando a partir de análises críticas e muitas dúvidas, na vida real e artes” (Fernandes, 2013, p. 32), e, por isso, são sempre supervalorizados pelo jornalismo. O número de mortos, o impacto social, as causas imprevisíveis e o desdobramento das consequências são fatores que as tornam noticiáveis (Martins; Azevedo, 2009).

A mídia em geral possui o poder de interferir nos acontecimentos e, durante as tragédias, essa capacidade é amplificada. O fenômeno do “showrnalismo” (Arbex Jr., 2003) descreve como a notícia se torna espetáculo, priorizando imagens “extraordinárias” e que causem choque, pois, assim, o acontecimento pode ser atrelado a uma única cena. A figura do “personagem” – o indivíduo principal que contextualiza a matéria com seu depoimento trágico – é central, mas sua história pessoal é frequentemente descontextualizada e tratada como um todo ou como uma realidade à parte.

Os casos do Ônibus 174 e de Eloá Cristina são marcos na história da cobertura de tragédias no Brasil, revelando os excessos da imediaticidade. O sequestro do Ônibus 174, por exemplo, foi transmitido ao vivo e sem interrupções por diversas emissoras de televisão e de rádio e por portais de notícias. A cobertura se caracterizou pela exposição da vida privada da refém, Geisa Firmo Gonçalves, e do sequestrador, Sandro do Nascimento, transformando o drama em um espetáculo televisivo. A “dramaticidade da narrativa” e a “imprevisibilidade do desfecho” prenderam o público (Franciscato, 2003, p. 280).

Por sua vez, o sequestro de Eloá Cristina intensificou os debates sobre essa imediaticidade e também sobre o sensacionalismo. Dominando o noticiário por semanas, a cobertura se valeu de “depoimentos dramáticos, seja em reconstituições do crime e também na superexposição e especulação diárias sobre o acontecimento” (Bill, 2010, p. 4). A mídia manteve uma presença constante no local, com jornalistas se aproximando perigosamente da cena e sendo acusados de interferirem nas ações policiais e nas negociações, o que teria contribuído para o desfecho trágico.

A busca pelo “furo jornalístico” a qualquer custo prevaleceu sobre a responsabilidade

ética. Nos dois casos, a população que acompanhava o noticiário parecia “dormente” e extremamente emocionada o suficiente para não fazer críticas à falta de ética durante a cobertura jornalística. A cobertura mostrou a “perversidade do ser humano e sua necessidade de testemunhar acontecimentos trágicos” (Bill, 2010, p. 4), transformando o evento real em uma “ficção distante da sua realidade cotidiana” (Bill, 2010, p. 6). A figura do jornalista se desdobrou, com repórteres assumindo o papel de “testemunhas oculares”, compartilhando a dor, o que, embora humanize a narrativa, pode comprometer a objetividade necessária ao relato dos fatos.

Em ambos os casos, a moral da história é que “a lógica do mercado não pode derrotar princípios básicos da profissão, como apuração, confronto de opiniões e checagem de fontes” (Alliatti, 2005, p. 72). A análise desses sequestros emblemáticos ressalta a necessidade de uma reflexão crítica sobre os limites do jornalismo em tempo real, defendendo práticas mais responsáveis, menos refêns da lógica da espetacularização e mais comprometidas com os aspectos éticos.

### 3 ASPECTOS ÉTICOS NA COBERTURA DE SEQUESTROS

A cobertura jornalística de sequestros, especialmente aqueles que se desenrolam em tempo real e com ampla exposição midiática, apresenta dilemas éticos complexos para os profissionais da imprensa. A busca pela notícia, impulsionada pela lógica do imediatismo e da audiência, frequentemente entra em choque com a responsabilidade social e com o respeito à dignidade humana. Nesse sentido, este capítulo busca explorar alguns aspectos éticos centrais que surgem nessas situações, aplicando tais aspectos aos sequestros aqui analisados: o do ônibus 174 e o sequestro da adolescente Eloá Cristina.

#### 3.1 BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

A mídia, em sua busca por atenção, frequentemente mostra a violência de maneira caótica, estimulando na sociedade o sentimento de que nada pode ser feito para combatê-la. A banalização da violência no jornalismo policial impresso, por exemplo, se manifesta na exposição constante de fotos de mortos e ao exibir rotineiramente tensões sociais (Leite, 2008). Essa abordagem também se estende aos telejornais, “promovendo o sensacionalismo no telejornalismo por meio de chamadas apelativas, repetição de imagens, discursos acalorados e busca por comoção popular” (Santos, 2024, p. 7).

O conceito de *fait divers* – proposto por Roland Barthes (1964) para se referir a eventos cotidianos incomuns, curiosos, trágicos ou bizarros, geralmente com foco em detalhes sensacionalistas ou transgressores de normas sociais – é central para entender essa banalização. A expressão surgiu a partir da observação da cobertura feita pela imprensa sensacionalista, caracterizada por cobrir escândalos, acontecimentos desconhecidos e estranhos, especialmente no jornalismo televisivo, por conta da exploração de imagens atraentes ao olhar do espectador.

O *fait divers* atrai a atenção do público por meio de “dramas individuais, via de regra banais, ou crimes raros e aparentemente inexplicáveis” (Leite, 2008, p. 10), explorando “o desafio do mistério aliado a um certo prazer mórbido na desgraça alheia e ao sentimento de justiça violada que requer reparos” (Leite, 2008, p. 10). O desejo pela informação nova e a necessidade de espremer até a última gota de sangue da tragédia compõem a narrativa do jornalismo sensacionalista, em um ciclo muito rápido e repetitivo, dominado por imagens fortes, tornando a dor algo trivial (Costa *et al.*, 2002).

Ainda de acordo com Costa *et al.* (2002), é dada preferência à selvageria e à violência através de manchetes exageradas, ao invés de trazer à tona temas que mereciam espaço na mídia. Os autores (Costa *et al.*, 2002) também relatam que esse modo de operar no jornalismo passa despercebido em meio à elaboração das notícias. Para Muniz Sodré (2002), a televisão brasileira, desde seu surgimento, chamava a atenção do público se aproveitando das mazelas sociais e das deformidades humanas.

Durante o sequestro do Ônibus 174, a mídia foi criticada por cobrir intensamente o acontecimento por horas, abusando do sensacionalismo e fazendo da situação um verdadeiro circo midiático (Oliveira, A.; Oliveira, H.; Mota, 2019). A imprensa não só se dispôs a exibir o sofrimento das vítimas e o pânico delas gerado pelo sequestro, como também as condições sociais que levaram Sandro Barbosa do Nascimento, o sequestrador, àquela situação de violência, evidenciando “as lacunas existentes no meio social em que ele cresceu e o círculo de violência na qual estava inserido, até ser assassinado pela polícia” (Oliveira, A.; Oliveira, H.; Mota, 2019, p. 10). No entanto, a imprensa preferiu dar voz ao espetáculo e à tragédia, sem aprofundar o debate sobre as origens que levaram até aquele fatídico episódio.

No sequestro de Eloá Cristina, o jornalismo e outros meios de comunicação também foram igualmente criticados pela maneira fria e expositiva com que cobriram o crime, dando abertura para que todos soubessem quem era o sequestrador, a maneira com que ele executou toda a ação e a arma utilizada para fazer as vítimas de refém. Além de todos esses problemas, a exibição insensível do caso deu “fama” ao agressor. Essa abordagem da mídia em crimes violentos pode inspirar outros criminosos, devido à notoriedade que a cobertura incisiva dá a eles, criando um “efeito contágio”.

### **3.2 COBERTURAS AO VIVO**

Transmitir notícias ao vivo pode ser encarado como ponto-chave para determinar a qualidade do material jornalístico, especialmente em telejornais, visto que a transmissão ao vivo pode comprometer aspectos centrais ao jornalismo, a exemplo da apuração, da capacidade de síntese, interpretação crítica dos acontecimentos e contextualização. Como destaca Costa (2002):

A produção jornalística, a exposição da informação em tempo real passa a ser critério para a diferenciação da qualidade das transmissões, muitas vezes validadas por esse aspecto em detrimento da investigação do fato, da sua contextualização e da

abordagem por diferentes fontes. Nesse cenário, a rapidez informacional pode comprometer princípios éticos e tornar a versão dos acontecimentos uma expressão positivada da realidade, tendo como suporte a evidência da cobertura ao vivo, Costa (Costa, 2002 *apud* Oliveira, 2012, p. 2).

O rádio foi o primeiro meio de comunicação a usar a lógica do imediatismo para transmitir informações, encontrando meios para divulgar a ocorrência no momento em que ela acontecia. Com a chegada da televisão, a transmissão ao vivo ganhou uma nova dimensão. A televisão virou um veículo capaz de aproximar o telespectador do acontecimento, intensificando a sensação de imediaticidade. A lógica do “direto” do local do acontecimento busca simular a simultaneidade, mesmo em produtos pré-gravados, intensificando a sensação de onipresença.

Os casos do Ônibus 174 e de Eloá são emblemáticos na demonstração dos riscos e dos excessos das coberturas ao vivo. No sequestro do Ônibus 174, a presença de câmeras de TV e de equipes de rádio transmitindo ao vivo por cerca de quatro horas foi um fator decisivo. Sandro, o sequestrador, tinha consciência do impacto da imprensa e utilizou a situação para amplificar seu drama, pedindo que as vítimas gritassem e encenassem momentos de desespero. Essas atitudes potencializaram a ação do sequestrador e prejudicaram a ação da polícia, que se viu influenciada pela dramatização criada pela mídia, que deu ênfase aos aspectos sensacionalistas que lhe interessam.

A cobertura ao vivo nessas situações de crise muitas vezes prioriza a imagem chocante e o apelo emocional em detrimento da apuração e da contextualização. A exigência de estar ao vivo, correspondendo à instantaneidade do acontecimento, leva a mídia a embrutecer no espectador a sua capacidade interpretativa. Isso parece evidente no caso Eloá, em que a mídia priorizou o furo jornalístico e o acompanhamento minuto a minuto, com jornalistas se aproximando perigosamente da cena e interferindo nas ações policiais. Santos (2024) comenta que aparatos como aeronaves e motocicletas equipadas com tecnologia apropriada para transmissões ao vivo são amplamente utilizadas para reforçar o tom de urgência e a vigilância em telejornais policiais.

Outro tema que vale destaque é que a constante corrida pelo “furo” jornalístico e pelo imediatismo gera uma “hipersolicitação do trabalhador” jornalístico (Grisci; Rodrigues, 2007, p. 55), que se vê obrigado a atuar de forma acelerada e durante longas jornadas. A “racionalização científica do tempo” (Grisci; Rodrigues, 2007, p. 52) torna o tempo nas redações ainda mais precioso.

Apesar do poder de visibilidade e da capacidade de mobilização social que as transmissões ao vivo podem ter, é fundamental questionar se essa “demonstração de força” das emissoras realmente serve ao propósito de repassar informação de forma ética e responsável. As transmissões em tempo real tendem a ser “supervalorizadas, quase nunca são 'pequenas' e têm a pretensão de esgotar o tema” (Emerim; Cavenaghi, 2012, p. 15), mas frequentemente falham em oferecer profundidade e contexto, priorizando o "show" sobre a informação.

### 3.3 EXPOSIÇÃO DA VIDA PRIVADA

A exposição da vida privada de indivíduos – sejam eles celebridades, figuras públicas, pessoas comuns envolvidas em dramas sociais – é uma característica forte no jornalismo contemporâneo.

Apesar de a exposição da vida alheia ocupar as páginas dos jornais impressos desde antes da formação do jornalismo moderno, tal prática, após sua consolidação, passou a ser vista como mero elemento diversional, desviando o jornalismo de assuntos realmente sérios (Traquina, 2005, p. 65 *apud* Silva, 2011, p. 322).

No entanto, a ascensão do entretenimento na mídia transformou a exposição da vida íntima de famosos ou pessoas comuns em uma isca para atrair seu público (Silva, 2011). No contexto de sequestros, a exposição da vida privada de vítimas e seus familiares, bem como a dos criminosos atingiu um patamar crítico nos anos 1990 e 2000, levantando sérias questões éticas.

No caso de Eloá, a cobertura midiática foi marcada pela exposição intensa e detalhada de sua vida pessoal e da dinâmica familiar envolvida, muitas vezes sem o consentimento ou em detrimento da privacidade dos envolvidos. De forma similar, no sequestro do Ônibus 174, houve uma transgressão dos direitos à imagem das pessoas envolvidas “em nome da informação” e da busca por audiência (Oliveira, A.; Oliveira, H.; Mota, 2019).

O jornalismo de celebridade, por exemplo, embora não tenha por obrigação veicular notícias no sentido tradicional, trabalha na difusão de fofocas, furos, informações exclusivas e pequenos escândalos sobre a vida pessoal de pessoas famosas. Essa lógica também se estende aos casos criminais de grande repercussão, em que os detalhes da vida dos criminosos e das vítimas são dissecados publicamente.

A exposição da vida privada e da intimidade no telejornalismo atribui forte

centralidade ao testemunho pessoal, direcionando o olhar do espectador mais ao sentimento e à sensibilidade do que à racionalidade, apelando às emoções para atrair o interesse da audiência. Essa abordagem levanta a questão da desumanização, especialmente quando se trata de indivíduos marginalizados ou que se encaixam em estereótipos negativos (Santos, 2024). A população negra, por exemplo, é frequentemente submetida a uma “construção imaginária estereotipada e racista” (Santos, 2024, p. 34) na mídia, tendo seu caráter de autonomia negado e sua participação no “campo do cidadão comum” (Santos, 2024, p. 35) negligenciada.

De acordo com Coutinho (2018), as histórias do cotidiano contadas pelo telejornalismo empreendem o conceito de “lição de moral”. Entretanto, essa atitude é considerada equivocada com base na teoria do próprio jornalismo, que diz que a produção jornalística deve ser objetiva e isenta de opinião. No entanto, a cumplicidade estabelecida entre apresentadores, repórteres e público – através do apelo emocional e do suposto “pacto” com as forças de segurança – legitima a exploração desses dramas (Santos, 2024).

Por fim, acaba que a própria mídia, ao invés de questionar o Estado e sua inanição frente aos conflitos sociais, acaba abandonando sua responsabilidade ao se colocar à disposição para agir de maneira sensacionalista. A exposição da vida privada em situações de sequestro, sem a devida cautela e o respeito aos direitos fundamentais do cidadão, torna-se uma violação ética grave que compromete a responsabilidade social do jornalismo (Oliveira, A.; Oliveira, H.; Mota, 2019).

### **3.4 A IMAGEM COMO ESPETÁCULO**

Por meio da imagem e do som, a televisão é um meio poderoso para a produção de sentidos e para a transmissão de informações com caráter espetacular e sensacionalista. Na sociedade do espetáculo (Debord, 1997), a mediação é espetacularizada, e a mídia cria um grande palco no qual o importante é que a notícia seja veiculada com êxito, muitas vezes em detrimento do comprometimento com a responsabilidade.

A imagem possui o poder de arquivar na memória do telespectador um modo de perceber o mundo. Nesse sentido, podemos afirmar que a televisão acaba por contribuir para que a indústria cultural elabore formatos espetaculares de representar a realidade (Michaud, 1989).

A espetacularização no jornalismo abarca a soma da notícia com a dramatização dos

fatos. Isso se manifesta na exibição de imagens violentas, no uso de *replay* para retificar ideias e fazer julgamentos, na utilização de expressões fortes e julgamentos por parte dos apresentadores (Negrini; Tondo, 2007).

No caso do Ônibus 174, a imagem foi central para a espetacularização do evento. A transmissão ao vivo focava em “imagens exclusivas, de ângulos inéditos” (Oliveira, A.; Oliveira, H.; Mota, 2019, p. 9) . O sequestrador, Sandro, manipulava a situação para a câmera, pedindo para que as vítimas gritassem, fingissem desespero, criando uma realidade aterrorizante, misturando drama e dados. A trilha sonora de suspense, as narrações dramáticas e as imagens de sofrimento transformaram as pessoas em personagens de um filme de terror.

No sequestro de Eloá Cristina, a mídia igualmente transformou o sofrimento em espetáculo. A cobertura explícita incluiu a exposição de cenas do momento do crime. O cenário dos programas policiais, com cores quentes e uma postura do apresentador que se movimenta e gesticula intensamente, busca captar o olhar do telespectador e criar um tom de urgência e tensão (Oliveira, 2012).

Em ambos os casos, a imagem e o som foram manipulados através de técnicas de edição de som e de imagem para produzir um espetáculo midiático. O problema não reside na violência em si, mas no tratamento fragmentado e simplista, que busca atingir emocionalmente o telespectador. A notícia, assim, acaba por se restringir a um produto à venda (Medina, 1987), a ser consumido, distanciando-se de seu papel de relatar e interpretar os fatos com responsabilidade social.

## **4 O TEMPO NA COBERTURA JORNALÍSTICA DE SEQUESTROS**

A cobertura jornalística de sequestros no Brasil revela uma forte tensão entre o tempo real das transmissões e o tempo necessário para a elaboração crítica da informação. Casos como o do Ônibus 174 e o de Eloá Pimentel evidenciam como o imediatismo e a lógica da cobertura ao vivo impõem uma narrativa centrada na urgência, na adrenalina e na espetacularização do sofrimento, muitas vezes em detrimento do cuidado ético e da precisão factual. A busca pelo “furo” e pela exclusividade leva veículos a transmitirem imagens de negociações ainda em curso, a entrevistarem reféns sob risco e a romperem fronteiras entre o jornalismo e o entretenimento. O culto à velocidade transforma o jornalismo em reproduzidor de eventos em estado bruto, sem espaço para análise, contexto ou responsabilidade com os desdobramentos da cobertura. Nesses casos, o tempo da notícia atropela o tempo da reflexão.

Esse descompasso entre o tempo jornalístico e o tempo social tem consequências graves. A cobertura precipitada de sequestros frequentemente interfere nas ações policiais, pressiona familiares e impõe à audiência uma dramaturgia da tragédia em tempo real. A ausência de pausas e de apuração aprofundada reduz os fatos à sua dimensão sensacional e impede que o jornalismo cumpra sua função pública de mediação crítica.

No caso de Eloá, por exemplo, a cobertura extensiva e desmedida contribuiu para decisões policiais questionáveis, como o retorno da refém Nayara ao cativo, e expôs adolescentes a pressões incompatíveis com sua vulnerabilidade. Em vez de mediar a informação de forma prudente, o jornalismo, sob a lógica da urgência do tempo televisivo, transforma acontecimentos dramáticos em espetáculos.

### **4.1 O SEQUESTRO NA HISTÓRIA RECENTE DO JORNALISMO BRASILEIRO**

Nos últimos vinte e cinco anos, alguns sequestros no Brasil marcaram não apenas a história policial, mas também o jornalismo nacional, evidenciando os dilemas éticos, técnicos e narrativos da cobertura da violência. Casos como o do Ônibus 174 (2000), o de Eloá Cristina Pimentel (2008), o sequestro de Washington Olivetto (2001–2002), o episódio envolvendo Silvio Santos e sua filha Patrícia Abravanel (2001), e o assassinato de João Hélio (2007) tornaram-se paradigmas de como a mídia brasileira lida com eventos traumáticos em tempo real. Essas coberturas, muitas vezes sensacionalistas, escancararam o embate entre o

direito à informação e o respeito à dignidade das vítimas, demonstrando como a imprensa pode contribuir tanto para o esclarecimento dos fatos quanto para o agravamento da violência simbólica.

O caso do Ônibus 174, ocorrido em junho de 2000, é um marco na história da televisão brasileira. Sandro do Nascimento, sobrevivente da chacina da Candelária, fez refém em um ônibus no centro do Rio de Janeiro durante horas, sob a cobertura ao vivo de diversas emissoras. O episódio terminou de forma trágica: a refém Geisa Firmo Gonçalves foi morta por erro da polícia. O documentário *Ônibus 174*, de José Padilha e Felipe Lacerda (2002) permitiu interpretações mais complexas do evento, relacionando-o à exclusão social, à falência das instituições e ao papel da mídia como espetáculo.

O sequestro de Eloá Pimentel, em 2008, aprofundou essas tensões. A jovem de 15 anos foi mantida refém durante cinco dias pelo ex-namorado Lindemberg Alves, em Santo André (SP), em um caso acompanhado pela mídia minuto a minuto. A tragédia terminou com Eloá morta após uma operação policial mal conduzida. A cobertura do caso foi marcada por violações éticas, incluindo entrevistas ao vivo com uma refém libertada (Nayara Silva) e a invasão da privacidade das vítimas e seus familiares. A cobertura ignorou o componente de violência de gênero, tratando o feminicídio como desfecho passionnal de um drama romântico.

Outro caso emblemático foi o sequestro do publicitário Washington Olivetto, em dezembro de 2001. Ao contrário dos episódios anteriores, a cobertura da imprensa foi inicialmente discreta, devido à pressão da família e da polícia. Olivetto foi mantido por 53 dias em um cativeiro subterrâneo por um grupo estrangeiro ligado às Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), sendo libertado em fevereiro de 2002.

Em depoimentos posteriores, o publicitário criticou o sensacionalismo de alguns veículos e defendeu uma abordagem mais ética. Após a libertação, a mídia rapidamente transformou o episódio em narrativa de redenção e resistência individual.

No ano de 2001, ocorreu um dos sequestros mais emblemáticos da história do jornalismo brasileiro. A filha do famoso apresentador Sílvio Santos, Patrícia Abravanel, foi feita de refém em 21 de agosto daquele ano. De acordo com Mendes (2024), aquele era o 14º caso ocorrido na cidade de São Paulo em menos de duas semanas, mas a família Abravanel fez um apelo aos jornais para que o incidente não fosse noticiado enquanto a polícia ainda trabalhava para resgatá-la. Os jornais, em sua maioria, acataram o pedido.

Esse seria apenas mais um episódio de seqüestro em São Paulo (na época, em menos

de duas semanas, havia ocorrido 13 casos na cidade), se Patrícia não fosse filha do famoso apresentador e empresário Silvio Santos. Os jornais paulistas, em sua maioria, a pedido da família, não noticiaram o crime durante as investigações da polícia, esperando pela libertação da jovem (Mendes, 2024, p. 3).

Essa situação demonstra uma postura diferente adotada pelos jornais, que na maioria das vezes, escolhe cobrir todo o sequestro. No entanto, segundo a autora, um dia depois do encerramento do cárcere de Patrícia Abravanel, os maiores veículos de comunicação do país já estampavam o acontecido na capa dos periódicos impressos.

**Figura 1** - Patrícia Abravanel fala à imprensa de uma sacada de sua casa, após sequestro sofrido em 2001



**Fonte:** Reprodução / Rede Globo

O sequestro de Patrícia também acaba por levantar o seguinte questionamento: os veículos de comunicação teriam aceitado o pedido da família se esta fosse desconhecida?

Apenas um dia depois da libertação de sua filha, Patrícia Abravanel, foi a vez de o próprio Silvio Santos sofrer um sequestro. O criminoso Fernando Dutra Pinto, autor dos dois crimes, invadiu a mansão do apresentador e o manteve refém por várias horas, em um dos episódios de maior audiência da televisão brasileira. A cobertura foi marcada por plantões ao vivo, imagens aéreas, dramatizações e o envolvimento direto do então governador Geraldo Alckmin, que negociou pessoalmente a rendição. A forte presença das câmeras contribuiu para a encenação do crime como *performance* pública.

Partindo para um caso em que grande parte da mídia decidiu por acompanhar, temos o sequestro de Wellington Camargo, irmão da dupla sertaneja Zezé de Camargo e Luciano. Wellington ficou privado de sua liberdade por 96 dias. Seu cárcere teve início em 16 de dezembro de 1998, em Goiânia, quando foi levado por quatro homens com armas de fogo. Os sequestradores exigiam que a família Camargo lhes desse 5 milhões de dólares pelo resgate de

Wellington. Para que a família pagasse rapidamente a quantia, os criminosos deceparam parte de uma das orelhas dele e deixaram no jardim da TV Serra Dourada, localizada em Goiânia. Em 21 de março de 1999, quando a família da dupla sertaneja pagou US\$ 300 mil dólares para os sequestradores, o cárcere de Wellington teve fim.

**Figura 2** - Capa da revista Veja sobre sequestro de irmão de Zezé di Camargo e Luciano, em 1998



Fonte: Reprodução / Revista Veja

Comparando os dois casos citados anteriormente, há uma diferença na cobertura jornalística durante o sequestro. Tendo como exemplo o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), Lima aponta o seguinte:

[...] O Globo mostrou que o jornal Folha de São Paulo, em respeito a uma regra do manual de redação adotado pela empresa, mantém o silêncio. Segundo a matéria, o manual prevê no item “razões de segurança”: a Folha pode omitir-se diante de uma notícia que ameace a segurança de pessoas, de empresas e, até mesmo, a segurança pública. O Globo destacou que o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), na época do seqüestro de Patrícia Abravanel, não respondeu às ligações para comentar o caso, mas que, em 1999, a emissora fez ampla cobertura do seqüestro de Wellington Camargo, irmão da dupla Zezé di Camargo e Luciano. Ao finalizar a matéria, O Globo declara que, diante da grande incidência de seqüestros no Rio de Janeiro, a posição do jornal é de que os crimes sejam anunciados (Lima, 2005, p. 83).

O que é perceptível quando se coloca esses dois acontecimentos lado a lado é que a

emissora de Silvio Santos prezou por resguardar a imagem de Patrícia, como filha do dono da empresa, destacando no pedido para a imprensa que era necessário evitar a cobertura jornalística durante o cárcere da jovem para que as investigações não fossem atrapalhadas. No entanto, a emissora não se ateu a esse mesmo critério durante o cárcere de Wellington Camargo. Enquanto isso, a Folha de S.Paulo, diferentemente, ao seguir seu próprio manual de redação, protegeu a imagem dele enquanto vítima do crime.

Embora não tenha sido um sequestro, o caso do menino João Hélio, em 2007, foi tratado como uma grande tragédia nacional. Após um assalto, o garoto de seis anos foi arrastado por quilômetros preso ao cinto de segurança de um carro em movimento. O caso chocou o país e teve ampla cobertura midiática, com forte apelo emocional. A imprensa, nesse contexto, reforçou discursos punitivistas, associando o crime à falência moral da juventude pobre e ao suposto “colapso” da segurança pública. A cobertura reforçou estereótipos raciais e de classe, ao construir a imagem dos agressores como “monstros” e a da vítima como símbolo da inocência destruída.

Esses casos demonstram que o jornalismo brasileiro, diante de situações-limite, enfrenta um dilema recorrente entre informar com responsabilidade e ceder à lógica do espetáculo. A predominância da cobertura ao vivo, a busca por exclusividade, o uso de narrativas dramatizadas e a exposição de vítimas são práticas que, longe de se restringirem a momentos excepcionais, estruturam boa parte do telejornalismo contemporâneo.

## **4.2 O SEQUESTRO DO ÔNIBUS 174**

Em 12 de junho de 2000, um trágico evento é conhecido até hoje como um dos sequestros de maior repercussão midiática. Mas, para além das consequências na vida de todos aqueles envolvidos direta ou indiretamente no caso, como foi a atuação da mídia ao fazer sua cobertura?

Ocorrido no Rio de Janeiro, o sequestro do ônibus 174 serve de discussão para estudantes, docentes e para quem trabalha em redações, TVs, rádios e portais de notícias, isso tudo porque, assim como o caso Eloá Cristina, ele levanta debates acerca do sensacionalismo e do imediatismo e com que intensidade esses aspectos estão presentes na mídia atualmente.

O responsável pelo crime que durou quase cinco horas foi Sandro do Nascimento, um

jovem negro que na época tinha apenas 21 anos. Naquele dia, Sandro entrou armado em um dos ônibus da linha 174, que fazia o trajeto Central-Gávea, por volta das 14h. Entretanto, para o seu azar, um dos passageiros notou a arma que ele carregava e conseguiu sinalizar para uma viatura que passava em determinado trecho do percurso do coletivo. Dessa forma, a viatura seguiu o veículo e o parou no bairro Jardim Botânico. A imprensa, assim como no caso Eloá, seguiu os policiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e logo viu uma oportunidade para noticiar, iniciando imediatamente uma transmissão ao vivo. Não demorou muito para que várias emissoras descobrissem o que estava acontecendo no local.

A partir desse momento, o envolvimento da polícia e de boa parte da mídia assustou Sandro, que, sem saber o que fazer, decidiu render todos os passageiros do ônibus. Alguns dos que estavam no veículo conseguiram fugir sem serem ameaçados pelo sequestrador, como o motorista, o cobrador e alguns dos passageiros, restando 11 reféns. A intenção de Sandro desde o início era assaltar os passageiros do ônibus, mas o plano foi por água abaixo e acabou saindo de seu controle (Ribeiro, 2012).

Com toda a confusão, os jornalistas se aproximavam cada vez mais do ônibus para obter toda informação possível sobre o que se passava no interior do veículo. Era possível ouvir Sandro ameaçando os passageiros, num estado de desequilíbrio constante. O jovem também chegou a pedir a dois passageiros que dirigissem o ônibus, mas nenhum deles conseguiu, resultando na liberação de um deles. O caso chamava atenção para o fato de que, apesar do descontrole emocional, Sandro em nenhum momento fazia exigências à polícia (Ribeiro, 2012).

Uma das passageiras também foi obrigada por Sandro a escrever na janela do ônibus que às 18h ele iria matar todos. Enquanto tudo isso se desenrolava, as emissoras de televisão mais uma vez cobriam cada detalhe do sequestro. A polícia não estava satisfeita com tamanha intromissão da imprensa, mas também não tinham mais como impedi-la. O Bope tentava negociar com Sandro, mas o rapaz não desejava nada em específico (Ribeiro, 2012).

**Figura 3** - Refém usa batom para enviar mensagem de sequestrador à imprensa e à polícia



Fonte: Reprodução / Rede Globo

Aos poucos, Sandro ia liberando alguns reféns, alguns dos quais ele tentou fazer dirigir o ônibus, mas sem sucesso. No local onde acontecia o sequestro, havia atiradores por todos os lados, e os repórteres chegavam cada vez mais perto do ônibus. O objetivo era conseguir o melhor ângulo para as transmissões. Mesmo com as tentativas da polícia, nada impedia a aproximação dos jornalistas (Ribeiro, 2012).

O jovem, que até aquele momento mantinha o rosto escondido para se manter longe das câmeras, chegou a se irritar com a insistência da mídia em mostrá-lo e atirou contra as janelas do veículo. Pouco depois de liberar alguns passageiros, Sandro fez Janaina Neves de refém e colocou o rosto na janela do veículo para avisar que a executaria às 18h. Antes do horário que ele havia estipulado para cometer o crime, Sandro do Nascimento enrolou a cabeça de Janaína e mandou que a jovem e outros reféns se deitassem no chão do ônibus.

O rapaz atirou no interior do veículo de modo que não atingisse os passageiros. Antes disso, ele havia pedido que todos gritassem depois que ele atirasse, e Janaína deveria, conforme o plano de Sandro, fingir que estava morta. A estratégia era uma atitude desesperada em meio a um sequestro que não havia sido planejado pelo sequestrador (Ribeiro, 2012).

Após esses eventos, Sandro colocou a cabeça para o lado de fora do ônibus mais de

uma vez, mas a polícia mesmo assim não agiu. Em seguida ele agarrou outra refém, a professora Geísa Firmo Gonçalves. O sequestrador, então, disse que iria matá-la, colocando uma arma na boca da vítima. Pouco antes das 19h, Sandro de surpresa começou a sair do veículo segurando Geísa e mais uma vez dizendo que iria matar a jovem.

Naquele instante, notou-se o despreparo da polícia em meio à gritaria dos populares que assistiam a tudo e se revoltaram por sua falta de ação. As forças de segurança pareciam não saber como proceder. Um dos policiais atirou na direção de Sandro e Geísa, mas ele desviou a tempo, fazendo com que a bala passasse de raspão pelo queixo da professora. Logo em seguida, Sandro, que naquela altura já havia perdido o controle de si mesmo, atirou três vezes nas costas de Geísa, levando-a à morte (Ribeiro, 2012).

Com a morte de Geísa, os policiais prenderam Sandro na viatura e o asfixiaram. O Bope justificou a morte de Sandro dizendo que ele estava descontrolado e agressivo e que havia mordido um dos agentes. Essa sequência de acontecimentos na qual o sequestrador foi levado ao camburão e cinco policiais ficaram em cima dele foi televisionada. Sandro não possuía nenhum ferimento antes de entrar na viatura. O caso encerrou com os policiais sendo absolvidos pela morte dele (Ribeiro, 2012).

Parentes e amigos que cresceram com Sandro falaram que a intenção do jovem nunca foi de matar ninguém e que ele não teria essa coragem. Em uma das vezes em que foi preso, foi relatado que Sandro tinha um bom comportamento e que, como não conseguia emprego, não tinha outra opção a não ser cometer assaltos para comprar drogas (Ribeiro, 2012).

Aqui podemos ver mais um caso em que a mídia se intrometeu além do que devia, relatando todos os acontecimentos do sequestro antes que o episódio fosse encerrado. As empresas jornalísticas sabem que o público fica preso em frente à TV ou internet quando casos como esse e o da jovem Eloá acontecem. Por isso, fazem questão de ir até onde não podem para obter o máximo de informações e imagens que puderem “a serviço do público”.

A imprensa, segundo Debord, produz o espetáculo e colabora para o triunfo da sociedade espetacularizada, já que essa é a linguagem que mais arrecada capital a partir da venda da “mercadoria-notícia”. No livro *A sociedade do espetáculo*, Debord defende que os grandes veículos de comunicação funcionam como agentes

ideológicos do capitalismo. Há uma tendência de simplificar os discursos, por meio da espetacularização da notícia – que, por sua vez, tende a criar ou recriar a realidade dos fatos. Desta forma, a imprensa perde a função mediadora e reflexiva e passa a traduzir apenas os interesses ideológicos da empresa de comunicação. Para Debord, “o espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem” (Ribeiro, 2012, p. 30).

Passando a trabalhar apenas sob os interesses ideológicos da empresa e do capitalismo, o jornalismo para de agir segundo a ética da profissão para atender aos interesses da indústria.

Para contar os detalhes de todo o ocorrido, no ano de 2002 foi lançado o filme documentário “Ônibus 174”. Dirigido por José Padilha e com duração de 133 minutos, o longa recapitula o sequestro ocorrido em 12 de julho de 2000.

A produção é iniciada com uma visão aérea das favelas do estado do Rio de Janeiro e falas de moradores desabrigados contando suas dificuldades diárias. Logo após, ainda em meio às imagens, escutamos um dos policiais do Bope, o capitão Batista, contando o início da operação para desmanchar o sequestro do ônibus, onde Sandro estava fazendo os passageiros de reféns. O encarregado afirma que soube pelo rádio da viatura sobre o acionamento do Bope para a ocorrência. Em seguida, ele ligou para o comandante da unidade e se colocou à disposição para ir primeiro ao local e verificar o andamento da situação.

Ao chegar ao bairro Jardim Botânico, o capitão obteve o máximo de informações possíveis sobre a situação e, em seguida, entrou em contato com Sandro, inclusive dando o pseudônimo de Sérgio a ele. De acordo com Batista, em situações como essa, é necessário entender um pouco da personalidade do sequestrador e suas motivações.

A refém Luciana Carvalho, entrevistada durante o documentário, afirmou que Sandro se sentia extremamente incomodado com a presença dos cinegrafistas. O fotógrafo Fábio Seixo reitera que o objetivo geral de todos era resolver a situação, mas o essencial passou despercebido, que era isolar o perímetro. Ainda segundo ele, o número de policiais era insuficiente para controlar a aproximação da imprensa e civis. Apenas após a chegada do coronel Penteado é que os arredores passaram a ser mais firmemente controlados.

O capitão Pimentel, ex-instrutor do Bope, afirma que o fato de eles não terem obtido a informação de que Sandro havia crescido nas ruas dificultou o trabalho de todos, principalmente do negociador, que não estava totalmente ciente da imprevisibilidade do algoz. Em relação à presença da imprensa, o capitão Batista esclarece que a aproximação constante das câmeras também contribuía para essa imprevisibilidade e para aumentar o grau de raiva de Sandro. Segundo ele, Sandro não queria aparecer.

Entretanto, essa opinião não era de consenso geral. Para alguns entrevistados, o jovem queria a mídia e a sensação de “poder” e “confiança” que a visibilidade transmitia. Eles imaginavam que, para Sandro, o fato de tudo estar na televisão o livraria de ser executado. Essa opinião também é compartilhada pelo sociólogo Luis Eduardo.

Ali o Sandro despertou a todos nós em todas as salas de visita. Ele impôs a sua visibilidade. Ele era personagem de uma outra narrativa. Ele redefiniu de alguma maneira o relato social. O relato que dava a ele sempre a posição subalterna, de repente é convertido numa narrativa na qual ele é o protagonista.

Apesar dos esforços policiais, o despreparo da operação também era visível. Com todas as imagens exibidas no documentário, é possível perceber por várias vezes que o comandante e seus subordinados se comunicavam por meio da mímica em vez de usar o rádio. Para o capitão Batista, “deveria existir um bom equipamento de comunicação que integrasse os policiais em rede e fornecesse subsídios para a decisão chegar até o ouvido de quem deveria decidir. Então isso, lá no local, não existia”.

Um ponto interessante de todo o ocorrido, é que as sobreviventes contam que Sandro pedia para elas dramatizarem mais ainda a situação para as câmeras. Ele também solicitava que elas chorassem e gritassem por ajuda. A fala de Janaína Neves exemplifica esta situação.

Eu não tava acreditando muito, sabe, que ele ia atirar. Aí quando eu realmente acreditei — quando aquela fronteira entre fingimento e verdade foi perdida assim pra mim — e eu realmente acreditei que ele pudesse me matar ali, eu me debrucei em cima dele, segurei o braço dele e pedi pra ele não me matar [...]. Pedi acreditando que ele fosse me matar. E aí ele ficou irritado e falou “cala a boca, senão eu vou te matar mesmo”. Eu olhei pra ele e falei assim “ué, mas você não quer que eu finja? [...]”.

Um dos policiais que não quis se identificar constata que o coronel Penteado não queria matar Sandro, o que, segundo ele, ajudou a resultar no incidente que tirou a vida da professora Geisa. O profissional garante, durante a sua fala, que eles estavam posicionados para atingir um tiro certo no sequestrador, mas foram impedidos pela ordem de seu superior. Aliado a isso, o capitão Batista comenta que muito estava em falta para aqueles agentes de segurança pública, dando ênfase nos equipamentos e treinamentos necessários para agir nesse tipo de situação.

### 4.3 O SEQUESTRO DE ELOÁ CRISTINA

O caso Eloá Cristina Pimentel foi de grande repercussão em outubro de 2008, marcando aquele ano para sempre na história da mídia brasileira. A jovem, que na época tinha apenas 15 anos e era moradora da cidade de Santo André, localizada no estado de São Paulo, pensava viver um dia pacífico naquele fatídico 13 de outubro de 2008. Na ocasião, ela se encontrava junto de sua amiga Nayara Rodrigues, que também tinha 15 anos e estava na casa de Eloá para fazer uma atividade escolar. Em poucas horas, Eloá e ela teriam mais do que apenas um trabalho escolar com que se preocupar (Araújo; Lorenz, 2022).

Naquele dia em específico, começaria a maior tragédia da vida da jovem e seria esse mesmo acontecimento que alimentaria a mídia com sensacionalismo e espetacularização por mais de 100 horas, tornando-se o sequestro mais longo do estado de São Paulo (Araújo; Lorenz, 2022). No dia 13 de outubro de 2008, a jovem Eloá Cristina estava em seu apartamento reunida com mais três colegas para fazer um trabalho. Inesperadamente, Lindemberg Fernandes Alves, de 22 anos, seu ex-namorado que não aceitava o fim do relacionamento, invadiu o local com uma arma. O algoz, por sua vez, decidiu liberar dois dos colegas de escola de Eloá. Por fim, restou apenas ela e Nayara, que foi liberada apenas um dia depois (Araújo; Lorenz, 2022).

**Figura 4** - Eloá Cristina é feita refém por Lindemberg Fernandes



**Fonte:** Reprodução / Rede Globo

Não demorou muito para que a polícia logo fosse informada do que estava acontecendo e chegasse à vizinhança. Como de costume, a mídia também tomou conhecimento da situação e se encaminhou para lá (Araújo; Lorenz, 2022). Emissoras como Record TV e RedeTV (por meio da apresentadora Sônia Abrão) fizeram tudo que podiam em prol da audiência. A necessidade de obter informações privilegiadas sobre cada acontecimento durante o crime levanta, até os dias de hoje, questionamentos em relação à ganância pelo imediatismo e pelo famoso “furo jornalístico”.

Não se tratava apenas de noticiar um sequestro. O interesse estava em lucrar com todos aqueles acontecimentos. Na cobertura da Record, a fonte principal sobre o que ocorria no interior da casa eram as afirmações do próprio sequestrador. Em poucas ocasiões, a emissora consultava a polícia.

A cada atualização, a audiência subia, dando margem para que o assunto fosse comentado ao longo da programação. A Record TV cobriu o assunto continuamente até mesmo no programa matinal *Hoje em Dia*, que, embora atualmente também veicule notícias, naquela época era um programa de entretenimento (Araújo; Lorenz, 2022).

Os apresentadores do matinal eram Ana Hickmann, Edu Guedes, Britto Júnior e Chris Flores. Desses quatro integrantes, apenas dois tinham formação em jornalismo: Britto Júnior e Chris Flores. Britto Júnior havia ficado responsável por checar as atualizações e entrar em contato com os repórteres que estavam no local do sequestro (Araújo; Lorenz, 2022). Embora ele seja formado em jornalismo, sua conduta durante toda a cobertura do crime no programa é questionável até os dias de hoje.

Ao chegar perto das 70 horas de sequestro, a produção do programa bem como Britto Júnior já havia entrado em contato com Lindemberg. Nayara havia voltado para a casa da amiga como estratégia policial. Naquele momento, o apresentador confirmou com extrema convicção que Lindemberg havia concordado em se render. As afirmações de Britto eram feitas sem consultar a polícia (Araújo; Lorenz, 2022).

A deontologia que perpassa o jornalismo recomenda que, em casos de sequestro, jornais, sites, emissoras de televisão e outros veículos jornalísticos não devem publicar

matérias sobre o ocorrido em tempo real. Tendo como exemplo o caso Eloá, é possível perceber por que essa orientação existe. “O crime não deveria ter sido noticiado, pois esta é normalmente a conduta em casos de sequestro: o crime só é noticiado após a resolução, a fim de evitar qualquer tipo de interferência” (Perez, 2015).

Pode parecer besteira fazer a distinção entre polícias e jornalistas, afinal todo mundo sabe que desempenham funções diferentes. [...] A convivência diária desses personagens, muitas vezes, apaga as fronteiras entre eles. [...] Nesses casos, momentaneamente, o profissional da comunicação se esquece de sua função e incorpora preocupações e comportamentos alheios aos seus (Christofolletti, 2008, p. 58).

Isso detalha exatamente o que aconteceu no caso Eloá, sendo uma das principais causas de ter colocado em perigo a vida das vítimas.

O sequestro de Eloá Cristina teve seu trágico fim em 17 de outubro de 2008 e foi transmitido ao vivo novamente pela Record. Os policiais disseram ter ouvido um disparo vindo do apartamento (o que mais tarde foi comprovado que não ocorreu), logo em seguida eles entraram no local. O jornalista responsável pela cobertura naquele momento era Reinaldo Gottino, apresentador do *SP Record*, que narrava tudo que estava sendo transmitido sem cortes.

Os policiais entraram em confronto com Lindemberg, resultando em disparos que atingiram Nayara e Eloá, tudo isso sendo mostrado por diversas emissoras. É importante lembrar também que, por se tratar de menores de idade, Eloá e Nayara deveriam ter tido suas imagens preservadas. “O que importava naquele instante era o fechamento do espetáculo que já vinha sendo construído há vários dias, era necessário mostrar ao público o fim daquela narrativa” (Araújo; Lorenz, 2022).

A emissora também foi capaz de transmitir as imagens das jovens gravemente feridas sendo resgatadas do apartamento. A partir daquele momento, a TV que já havia conversado com Lindemberg em tom casual, como se tudo que estava acontecendo não fosse nada demais, mostrava uma séria crítica aos atos fatais do rapaz (Araújo; Lorenz, 2022).

O triunfo da velocidade, do directo e do instantâneo, pois a cobertura mediática do acontecimento incorpora-se no próprio acontecimento, reduz o jornalista ao papel de

vigilante, encarregado de vigiar a regularidade dos dados. O essencial é transmitir a informação que o sistema de comunicação fez chegar a todos os media e que se verificará só depois de divulgada, com o receio de perder o seu público. A falta de tempo, a urgência, a competição vertiginosa são os argumentos invocados nos casos de haver manipulação mediática (Branco, 2009, p. 84).

A necessidade exagerada de divulgar informações instantâneas, uma das características do imediatismo, fez com que os profissionais do jornalismo, os demais apresentadores e a própria emissora cometessem uma série de erros inadmissíveis para a ética jornalística. Tudo isso visando o lucro e audiência superior à de outras emissoras. Porém, é importante lembrar que a Rede Record não foi a única. A negociação de todo o sequestro, que deveria ter ocorrido de forma discreta, impactou diretamente na conclusão do caso.

A jornalista e apresentadora de televisão Sônia Abrão, nascida em São Paulo, formou-se em jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero. Desde 2 de maio de 2006, ela apresenta o programa *A Tarde é Sua*, da Rede TV (Castro, 2016).

Exibido de segunda a sexta-feira ao vivo, das 15h às 17h, o *A Tarde é Sua* se caracteriza por ser um programa de variedades que traz assuntos em alta na mídia brasileira e internacional. No entanto, ao acompanhar o caso de sequestro da adolescente Eloá Cristina e outras tragédias, o tom do produto televisivo se torna típico dos que possuem foco na cobertura policial (Barros; Thaddeu; Pereira, 2013). Além disso, ele é conhecido por abordar tais matérias de forma polêmica e sensacionalista, porém tentando manter um toque de seriedade. De acordo com Castro (2016), o vespertino comandado por Sônia Abrão possui também, inclusive, um viés humorístico.

Para além da cobertura policial mencionada anteriormente, as outras pautas que norteiam o programa são as de: comportamento, cotidiano, beleza, moda, bastidores da TV, culinária, vida de celebridades e subcelebridades, sejam elas brasileiras ou estrangeiras (Castro, 2016).

Embora as categorias de assunto em que o jornalismo pode trabalhar listadas acima sejam relevantes e conquistem os espectadores, um programa de linguagem popular e transmitido numa emissora de sinal aberto como este, se beneficia bastante do acréscimo na

audiência ao fazer a cobertura massiva e exagerada de um sequestro. Não satisfeita em transmitir toda a ocorrência, sua apresentadora, que deveria cumprir apenas o papel de informar, como o de todo jornalista, se propôs a ir além e atuar como negociadora do sequestro, entrando em ligação direta com Lindemberg. Tal ato a fez assumir uma postura que deveria ser da polícia.

A partir da participação da jornalista como agente negociadora, é possível identificarmos a espetacularização da audiência, visto que o sensacionalismo pesado em cima do caso foi a arma certa utilizada pela emissora, produção e direção do programa. Visto que desta forma foi possível auferir mais alguns números no iBope, que reflete diretamente na publicidade e retorno comercial da atração e, conseqüentemente, também, da rede televisiva. Em um primeiro momento, é possível identificar o papel de jornalista de Sônia ao apresentar um furo de notícia. Num segundo momento, a jornalista atravessa a esfera de apresentadora e se insere no âmbito policial como negociadora (Barros; Thaddeu; Pereira, 2013, p. 360).

O desenrolar desta história mostrou que a intromissão de Sônia Abrão e sua equipe, acarretou diversas conseqüências negativas para o caso, culminando no seu trágico fim. Por outro lado, a perspectiva de Lindemberg era totalmente oposta.

Ao longo do período de sequestro, o perpetrador do ato contra Eloá experimentou uma sensação de conforto com a situação em que se encontrava, a ponto de conceder entrevistas a determinados programas televisivos. Tal cenário teve um impacto negativo nas negociações, uma vez que ele conseguia estar ciente, em tempo real, de todas as estratégias e movimentos policiais por meio da televisão, o que lhe conferiu um significativo fortalecimento e controle sobre os acontecimentos (Araújo, 2023, p. 36).

A apresentadora Sônia Abrão também se aproveitou da consternação dos que assistiam de perto para realizar entrevistas, incluindo uma conversa com a mãe da própria Eloá (Barros; Thaddeu; Pereira, 2013). A decisão da jornalista e da emissora em permitir este tipo de atitude, demonstra que o sensacionalismo, responsável por aumentar a audiência do programa, valia mais do que a vida da jovem.

Angrimani (1995) traz à tona o termo de origem francesa *fait divers*, que designa matérias conhecidas por informar a respeito de crimes ou ocorrências inesperadas/fora do comum, ou seja, as que não se encaixam facilmente nas editorias de um veículo jornalístico pois surgem inesperadamente. Entretanto, estudando-as com mais atenção, é possível perceber

que elas agregam pouco ou nenhum valor/ importância para o público. O autor ainda explica que mesmo sem peso para se tornar uma notícia que necessita de alimentação constante, vários programas e redações as tornam alvo do noticiário sensacionalista.

O caso Eloá Cristina é um exemplo perfeito de *fait divers*. Foi um crime que, apesar de ter chocado o país, analisando de maneira lógica e racional, saber daquele ocorrido que estava sendo televisionado a todo momento não acrescentava nada na vida dos telespectadores que acompanharam aquele evento midiático com afinco, sendo espetacularizado pela mídia em benefício próprio.

A edição do produto sensacionalista é pouco convencional, escandalosa mesmo. O *fait divers* é seu principal “nutriente”, mas não é o único. Lendas e crenças populares, personagens olímpicos (da realeza, cinema e TV, principalmente), política, economia, pessoas e animais com deformações, deficiências, também comparecem com igual peso na divisão do noticiário. Ainda dentro do ponto de vista jornalístico, a linguagem sensacionalista não pode ser sofisticada, nem o estilo elegante. A linguagem utilizada é a coloquial, não aquela que os jornais informativos comuns empregam, mas a coloquial exagerada, com emprego excessivo de gíria e palavrões. Como se verá adiante, a linguagem sensacionalista não admite distanciamento, nem a proteção da neutralidade (Angrimani, 1995, p. 16).

O texto sensacionalista visa aproximar a audiência, e para isso faz o uso de todas as estratégias citadas acima. Neste tipo de notícia, o jornalista deixa a linguagem o mais parecida possível da usada no cotidiano popular. O autor também reforça que para a maioria desses veículos jornalísticos, não basta fazer o uso da linguagem simples, eles palavrões, gírias e seus apresentadores chegam a se exaltar de acordo com a revolta da população sobre determinado assunto. A aproximação ocorre de forma emocional (Angrimani, 1995).

Assim, também é possível perceber que o jornalismo perde o caráter da objetividade ao fazer o uso dessa linguagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas ao longo deste ensaio, centradas na cobertura de sequestros pela mídia tradicional brasileira, revelam forte tensão entre o imediatismo imposto pelo jornalismo em tempo real e a necessidade de uma abordagem ética e responsável. Os casos emblemáticos do sequestro do ônibus 174 e de Eloá Cristina serviram como espelho para as complexas implicações de uma prática jornalística que, muitas vezes, prioriza a velocidade e o “furo” em detrimento da profundidade, da contextualização e da dignidade humana.

Podemos perceber que a lógica da instantaneidade – que se intensificou com a era digital, mas já estava presente nos “plantões” da mídia tradicional – é moldada por um “espírito do tempo presente” caracterizado pela aceleração em todas as esferas, incluindo o trabalho jornalístico. Essa pressão por produtividade e rapidez resulta em consequências diretas para a qualidade da informação, como a veiculação de dados não verificados e a redução do espaço para reflexão crítica. O “jornalismo afobado” e a “ditadura da velocidade” comprometem a apuração, a contextualização e a interpretação, princípios básicos da profissão.

O sequestro do ônibus 174 tornou-se um marco não apenas pela tragédia que resultou na morte de uma refém, mas pelo papel desempenhado pela mídia durante todo o episódio. A cobertura ao vivo e sem filtros, realizada por diversas emissoras de televisão, expôs de maneira crua e contínua o sofrimento dos envolvidos, evidenciando a espetacularização do evento. A proximidade entre câmeras e cena do crime, a exibição constante das ameaças de Sandro e a ausência de qualquer filtro ético na transmissão escancararam a transformação da informação em espetáculo.

Esse caso revelou como a lógica da audiência e da velocidade de transmissão pode se sobrepor ao cuidado com as vítimas, contribuindo para a intensificação do pânico e, possivelmente, para o agravamento do desfecho trágico. O jornalismo, ao invés de contribuir com uma mediação crítica e humanizada da realidade, assumiu um papel performático, reforçando estigmas e negligenciando uma análise mais profunda das causas do evento.

A mídia perdeu a oportunidade de contextualizar o drama social por trás daquele gesto desesperado, preferindo manter o foco na narrativa sensacionalista. Essa escolha editorial traz implicações éticas duradouras, sobretudo ao se considerar o alcance emocional da transmissão ao vivo para os brasileiros.

No caso de Eloá Cristina, a cobertura jornalística ultrapassou todos os limites éticos ao intervir diretamente no curso da negociação com o sequestrador. A entrada de apresentadores e repórteres nas conversas telefônicas com Lindemberg, transmitidas ao vivo, não apenas comprometeu as estratégias policiais como também estimulou o prolongamento do sequestro e, potencialmente, seu desfecho fatal.

A pressa por exclusividade e impacto substituiu qualquer preocupação com a vida das adolescentes envolvidas. A cobertura transformou um caso de violência doméstica em espetáculo midiático, esvaziando sua complexidade e ignorando completamente o componente de gênero que marcava aquela violência.

O caso Eloá reforça, também, o apagamento da responsabilidade social da mídia diante do espetáculo. A ausência de arrependimento posterior por parte de figuras midiáticas envolvidas reforça o ciclo de naturalização dessa lógica espetacularizante, em que a audiência vale mais do que a ética.

Os aspectos éticos examinados, como a banalização da violência, os desafios das coberturas ao vivo e a excessiva exposição da vida privada de vítimas e familiares, demonstram como o sofrimento pode ser transformado em espetáculo para capturar audiência. A análise dos casos mostrou que a urgência de informar ao vivo pode levar a interferências indevidas em operações policiais, a uma dramatização dos eventos que distorce a realidade e a uma perda da objetividade em nome do apelo emocional.

Por fim, este ensaio reafirma que o jornalismo, ao se render à lógica da espetacularização, pode se desviar de sua função mediadora, agindo mais por uma cobrança muito mais comercial do que social. É fundamental que a busca por audiência e a velocidade não se sobreponham à precisão, à contextualização, ao respeito à privacidade e à dignidade das pessoas envolvidas.

## REFERÊNCIAS

Angrimani Sobrinho, Danilo. **Espreme que sai sangue:** um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995. (Coleção Novas Buscas em Comunicação; v. 47) ISBN 85-323-0496-6.

Antunes, Elton. Temporalidade e produção do acontecimento jornalístico. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2007.

Alliatti, Alexandre. **A superaceleração do tempo no jornalismo impresso:** um estudo da editoria mundo de Zero Hora. Orientadora: Virginia Pradelina da Silveira Fonseca. 2005. 74 p. Trabalho de conclusão de graduação (Jornalismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [S. l.], 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/248527>. Acesso em: 14 julho 2025.

Araújo, Raiane Santos; Lorenz, Sérgio Lima. A interferência dos veículos jornalísticos no Caso Eloá Cristina. **45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Anais. 5 a 9 out. 2022.

Araujo, Yasmin. **Os limites da liberdade de imprensa:** um estudo de caso sobre a influência da cobertura midiática de Sônia Abrão no sequestro de Eloá Pimentel. 2023. Disponível em: <<http://repositorio.undb.edu.br/handle/areas/1206>>. Acesso em: 04 abril 2024.

Arbex Jr., José. **Showrnalismo:** a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

Barthes, Roland. **Essais critiques**. Paris: Éditions du Seuil, 1964. 275 p.

Barbosa, S. Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais. *In*: Canavilhas, J. **Notícias e Mobilidade**. 2013, p. 33-54. Disponível em: <[http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20130404201301\\_joacanavilha\\_noticiasmobilidade.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20130404201301_joacanavilha_noticiasmobilidade.pdf)> .

Barros, Bruno; Thaddeu, Helena; Pereira, Marília. Caso Eloá Pimentel/Sonia Abrão – **a interferência da mídia nas negociações policiais**. 2º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. Anais. Santa Maria, 04 a 06 jun. 2013, p. 352-369.

Branco, Alberto Manuel Vara. **A ética e a informação:** O jornalista como profissional e o jornalista como pessoa. 2004. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/forumedia/6/9.pdf>> . Acesso em: 28 maio 2024.

Bruns, Axel. Gatewatching, produsage e o futuro do jornalismo online. **Brazilian Journalism Research**, v. 11, n. 2, p. 229-244, 2014.

Bucci, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Bucci, Eugênio. **A superindústria do imaginário:** como o capitalismo transforma pensamento em mercadoria. São Paulo: Autêntica, 2016.

Canavilhas, J. (ed.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**, Lisboa: Labcom, 2014.

Castro, Jaqueline Oliveira de. **A exploração da dor alheia: a espetacularização do sofrimento humano nos programas policiais da televisão brasileira**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal do Ceará, 2016.

Charaudeau, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

Christofoletti, Rogério. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

Costa, Belarmino Cesar Guimarães da; et al.. **Estética da violência: jornalismo e produção de sentidos**. Campinas: Unimep, 2002.

Coutinho, Iluska. Compreender a estrutura e experimentar o audiovisual: da dramaturgia do telejornalismo à análise da materialidade. *In*: Emerim, Cárlica; Coutinho, Iluska, Finger, Cristiane (orgs.). **Epistemologia do telejornalismo brasileiro**. Porto Alegre: Editora Insular, 2018.

Dalmonete, Edson Fernando. **Presente: o tempo do jornalismo e seus desdobramentos**. *História* (São Paulo), v. 29, n. 1, p. 328–344, 2010.

Debord, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Emerim, Cárlica; Cavenaghi, Beatriz. Cobertura ao vivo em telejornalismo: propostas conceituais. *In*: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 10., 2012, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba: SBPJor, 2012.

Figaro, Roseli; Nonato, Cláudia. Ainda existe periodicidade no jornalismo? O regime de publicação na lógica do processo produtivo do jornalismo digital. *In*: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 44., 2021, Virtual. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2021. p. 6-27.

Figaro, Roseli; Nonato, Cláudia. Periodicidade não atende às rotinas produtivas online dos arranjos de trabalho de jornalistas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 22, n. 2, [s.p.], 2022.

Fonseca, Virginia Pradelina da Silveira; Souza, Paulo Henrique Rodrigues de. O pós-fordismo na produção jornalística. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 15, p. 1-18, jul./dez. 2006.

Foucault, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Franciscato, Carlos Eduardo. **A atualidade no jornalismo: bases para sua delimitação teórica**. 2003. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

Franciscato, Carlos Eduardo. O jornalismo e a reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais. **Brazilian Journalism Research**, v. 11, n. 2, [s.p.], 2014.

Frazão, Samira M. O preço do espetáculo. **Revista Anagrama** – Revista Interdisciplinar da Graduação, São Paulo, ano 1, ed. 1, set./nov. 2007.

Grisci, Carmem Lúcia Iochis; Rodrigues, Paulo Henrique. **Trabalho imaterial e sofrimento psíquico: o pós-fordismo no jornalismo industrial**. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 2, p. 48–56, 2007.

Groth, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

Han, Byung-Chul. **O aroma do tempo: um ensaio filosófico sobre a arte da demora**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2016.

Hegel, Georg W. F. **Fenomenologia do espírito**. Tradução de Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 2012.

Lana, Lúcia. Jornalismo de celebridade, interesse humano e representações femininas na contemporaneidade. *In: Lopes, Maria Immacolata Vassallo de; Rosa, Ana Paula Goulart (Orgs.). Mídia e cultura do consumo: representações midiáticas da sociedade contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2014. p. 174–193.

Lima, Hanayana Brandão Guimarães Fontes. Crimes de seqüestro na mídia brasileira: o conflito do direito de informação com a segurança individual. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, [S. l.], v. 3, n. 4, 2012. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/ccsa/article/view/1888>> . Acesso em: 24 março 2025.

Martins, Maura Oliveira; Azevedo, Anna Carolina Ulandovski. A perda da essência trágica na cobertura jornalística da queda do voo AF 447. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 32., 2009, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: Intercom, 2009.

Marcondes Filho, Ciro. **Capital da notícia: jornalismo como produção da segunda natureza**. São Paulo: Ática. 1986. Acesso em: 17 mar. 2025.

Mata, Jhonatan. O telejornalista como testemunha na cobertura de catástrofes: um estudo de caso do Fantástico e do Jornal Nacional. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 379-398, jul./dez. 2013.

Medina, Cremilda. **Notícia: um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1987.

Michaud, Yves. **A violência**. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

Oliveira, Andressa Santos de; Oliveira, Hellen; Mota, Flávia Moreira Mota e. A banalização da violência na cobertura midiática do sequestro do ônibus 174. *In: Anais do 9º Encontro de Jovens Pesquisadores em Jornalismo - Vol. 9 2019, 2019, Goiania. Anais eletrônicos...*, Galoá, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/jpjr-2019/trabalhos/a-banalizacao-da-violencia-na-cobertura-midiatica-do-sequestro-do-onibus-174?lang=pt-br>>. Acesso em: 14 Jul. 2025.

**Ônibus 174.** Direção: José Padilha; Felipe Lacerda. Produção: José Padilha; Marcos Prado. [S.l.]: Zazen Produções, 2002. 1 vídeo (130 min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/onibus-174/t/sxv88p96Vg/>. Acesso em: 27 abr. 2025.

Pereira, Augusto; Souza Filho, Ramalho R. **O início do começo.** Rio de Janeiro: Editodos, 2015.

Perez, Livia. **Quem matou Eloá?** YouTube, 4 ago. 2015. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=4IqIaDR\\_GoQ](https://www.youtube.com/watch?v=4IqIaDR_GoQ)>. Acesso em: 28 maio 2024.

Ribeiro, Denise. **Ônibus 174: a notícia espetacularizada Uma análise da cobertura jornalística na televisão.** 2012. Disponível em: <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/5105/1/2012\\_DeniseBatistaRibeiro.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/5105/1/2012_DeniseBatistaRibeiro.pdf)> . Acesso em: 28 maio 2024.

Rosa, Antônio. As coisas que surgem. 2010. *In: XI Congresso Nacional de Cinema*, São Paulo, 2010.

Rosa, Hartmut. **Aceleração e alienação:** rumo a uma teoria crítica do tempo na modernidade tardia. Tradução de João Queiroz. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

Santos, Maria Eduarda Gomes. **Violência no jornalismo: representação do caso Lázaro Barbosa em um drama midiático.** 2024. 81 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2024.

Silva, Layane Lopes da. **A construção da imagem de vítimas no programa Cidade Alerta:** um estudo sobre o caso Eloá Cristina Pimentel (2008). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal do Ceará, 2022.

Sodré, Muniz. **Sociedade, mídia e violência.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

Souza, Paulo Henrique Rodrigues de. **Compressão do tempo nas rotinas de produção do Jornal Zero Hora:** a supervalorização do deadline e o sofrimento psíquico na redação. 2004. 83 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

Tondo, Rômulo; Negrini, Michele. Espetacularização e sensacionalismo: reflexões sobre o jornalismo televisivo. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 32., 2009, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba: Intercom, 2009.

Virilio, Paul. **A máquina de visão.** Tradução de Paula Almeida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.